INFÂNCIA, MIGRAÇÃO E A ESCOLA RURAL DE LAGUNITA (SUL DE MATO GROSSO - 1916)

Ademilson Batista Paes[1], Fernando Luís Oliveira Athayde Paes[2]

https://doi.org/10.5216/rpp.v15i1.50050

RESUMO: No presente texto aborda-se o tema da educação primária rural no então sul do estado de Mato Grosso. Para tanto, desenvolve-se a narrativa numa abordagem histórica, valendo-se das contribuições e aportes teórico-metodológicos do Paradigma Indiciário do historiador Carlo Ginzburg. O objeto em torno do qual realizou-se a pesquisa é o que diz respeito a uma escola isolada mista, localizada na povoação de Lagunita (região de Ponta Porã), pelos idos de 1916, conforme mencionou o professor em relatório produzido à época. A partir dessa fonte, explorou-se a relação entre a existência da escola, os alunos e a migração, como uma estratégia de estabelecer panorama das regiões isoladas no país, como foi o caso da mencionada. Como se pode constatar facilmente pelas pesquisas mais recentes e os dados que estamos apontando o então território do estado de Mato Grosso, no início do século XX, era composto por imensos espaços vazios, exceção feita ao extremo sul, cuja presença humana passou a ser mais considerável após o fim da Guerra do Paraguai, e, posteriormente, pela extração do mate nos ervais naturais amplamente dispersos campos daquela região.

Palavras-chave: escola primária rural; erva mate; povoamento.

[1] Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e-mail: abpaesbr@yahoo.com.br
[2] Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e-mail: fernandofortiori@gmail.com

CHILDHOOD, MIGRATION AND THE SCHOOL RURAL OF LAGUNITA (SOUTH OF MATO GROSSO - 1916)

Ademilson Batista Paes, Fernando Luís Oliveira Athayde Paes

ABSTRACT: The current paper frames the theme of rural primary education in the region which corresponds to the southern of the old state of Mato Grosso. For this, the narrative is developed in a historical approach, using the contributions and theoretical-methodological contributions of the Indiciary Paradigm of the historian Carlo Ginzburg. The object around which the research was developed is a mixed isolated school, located in the village of Lagunita (Ponta Porã region), around 1916, as the professor mentioned in a report produced at the time. From this source, the relationship between school existence, students, and migration was explored as a strategy to establish a panorama of isolated regions in the country, like in this case. As can be easily seen from the most recent surveys and the data collected, the territory of the state of Mato Grosso, at the beginning of the 20th century, was composed of immense empty spaces, except for the extreme south, whose human presence became more considerable after the end of the Paraguayan War, and later by the extraction of mate in the widely dispersed natural grasslands of that region.

Keywords: rural primary school; yerba mate; settlement.

ISSN - 2178-4442

NIÑEZ, MIGRACIÓN Y LA EDUCACIÓN EN LAS ZONAS RURALES DE LAGUNITA (SUR DE MATO GROSSO – 1916)

Ademilson Batista Paes, Fernando Luís Oliveira Athayde Paes

RESUMEN: En el presente texto se aborda el tema de la enseñanza primaria en áreas rurales en el sur del estado de Mato Grosso, Brasil. Para estos fines, se desarrolla la narrativa en un enfoque histórico, utilizándose de las contribuciones y aportes teóricos y metodológicos del Paradigma Indiciario del historiador Carlo Ginzburg. El objeto en torno de lo cual se realizó la búsqueda es el que dice respeto a una escuela mixta aislada, ubicada en el poblado de Lagunita (región cercana a Ponta Porã), alrededor de 1916, de acuerdo con lo que ha mencionado el profesor en informe producido en la época. Desde esta fuente, se exploró la relación entre la existencia de la escuela, de los alumnos y la migración como una estrategia de establecerse un panorama de las regiones aisladas en el país, como ha sido en el caso de la mencionada. Como se puede fácilmente constatar por vía de las búsquedas más recientes y los datos que estamos señalando en el territorio correspondiente al estado de Mato Groso, en el empezar del siglo XX, ha sido compuesto por inmensos espacios vacíos, hecha excepción del extremo sur, cuya presencia humana pasó a ser más considerable después del fin de la Guerra de Paraguay y, posteriormente, por la extracción del mate en campos de hierbas naturales existentes en gran volumen en las áreas de aquella región.

Palabras-claves: escuela primaria rural; hierba mate; población.

Introdução

De modo geral, ao traçar um panorama acerca da escolarização da infância no país, argumenta-se que as populações rurais foram praticamente excluídas das políticas públicas voltadas para a educação na virada do século XIX para o XX. Assim, esses contingentes somente foram considerados, de alguma forma, pelo Estado, no momento em que suas fileiras passaram a ser engrossadas pela presença dos migrantes e imigrantes. A preocupação governamental com o controle e, de certa forma, a vigilância das populações estrangeiras seria o motivo e não a real intenção de tal escolarização. Dessa forma, admite-se que as escolas rurais foram instaladas ainda nas primeiras décadas republicanas, na maioria das vezes, sob a égide e patrocínio dos proprietários de terras, políticos e lideranças locas. No final da Primeira República, o atendimento escolar à população rural estava muito distante dos ideais de ofertar o ensino primário a todos, talvez em decorrência da mentalidade vigente, o que favorecia:

> A idéia de que a educação não era necessária para a 'atrasada' população rural, que à criança da cidade ela era mais demandada - para esta última portanto, deveriam dirigir-se os investimentos do Estado. A imagem do homem rural 'indolente', 'preguiçoso' e 'avesso' à escola foi sendo cultivada pelos governantes e pelas elites urbanas. (DEMARTINI, 2001, p.148, aspas conforme original).

As representações sobre tal escolarização são de longa data e transparecem em falas e posicionamentos. Por exemplo, o discurso do encarregado da instrução pública no estado de São Paulo, no ano de 1917, quando discorria sobre as populações rurais e sobre a necessidade de escolarização ou não desse segmento da sociedade, ilustra o pensamento de então, dizendo:

> A educação do caboclo e de seus filhos é, a nosso ver, muito mais difícil e complexa do que a do imigrante. O caboclo, inteiramente avesso à escola, não comprehende a vantagem della para si nem para seus filhos; não tem aspirações nem conforto de espécie alguma: tira dos elementos da natureza, com grande facilidade, tudo quanto é necessário à sua pouca subsistência, o que o torna desambicioso. As escolas que se destinaram ao caboclo e a seus filhos, afim de preencherem os seus fins, precisam ter uma organização toda especial. Seu principal escopo não será o trato do livro, mas a sua regeneração moral, o levantamento de suas forças, o desenvolvimento de qualidades latentes, que elle as tem, mas sopitadas pelo descaso e abandono em que tem vivido; devem ter uma função profundamente regeneradora. (DEMARTINI, 2001, p.149).

E o que dizer a respeito de tal escolarização em Mato Grosso? Especificamente sobre escolas rurais, em todos os Relatórios emitidos pelos Diretores da Instrução Pública e outros documentos oficiais, aproximadamente até 1930, são quase inexistentes. O que houve foi o registro para as chamadas escolas isoladas, nomenclatura aplicada tanto paras as escolas urbanas, quanto paras as rurais. Num Relatório do Professor da Escola Isolada Mista de Lagunita, na época município de Ponta Porã (próximo à fronteira com o Paraguai), enviado ao

Inspetor daquela localidade, no ano de 1916, há, porém, menções que permitem considerá-la escola rural.

A Escola Publica Mista Primaria, foi criada pelo Presidente do Estado, na época Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, pelo Decreto n. 412, de 28 de outubro 1915 (MATO GROSSO, 1915). O primeiro professor (o que fez o Relatório), entretanto, somente foi nomeado em 17 de fevereiro de 1916 "perante o Delegado de Polícia", atestando a morosidade das medidas burocráticas e legais voltadas, em especial, para o interior do estado. Com a nomeação e posse do referido professor, tratou-se imediatamente de instalar a escola, o que significava tomar todas as providências para que as aulas, de fato, acontecessem e as crianças viessem a ter seus contatos mais formais com letras e números. Assim se expressou o professor:

> Somente poude realizar se devido á demora da acquisição do mobiliário escolar, no dia 1º de Março, do corrente anno, perante as autoridades locaes e varias pessoas que alli também se achavam presentes e, de cuja solemnidade se lavrou um acta que consta nos livros desta Escola. (MATO GROSSO, 1916, p.2).

As atividades escolares, no entanto, não foram iniciadas num local próprio e definitivo, e a escola encontrava-se instalada provisoriamente numa das "dependências da residência de Antônio Marques", sendo transferida para seu local definitivo em 1 de abril de 1916.

Tal prática de instalação de escolas em espaços não específicos para esse fim, como noutros ambientes, foi costume de longo período no Brasil. Estudiosos da história da educação brasileira apontam informações curiosas ao discorrerem sobre as casas-escola no século XIX, com características muito similares aos espaços de instrução em Lagunita[3]:

> Pode-se dizer que tais escolas utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e dos jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.46).

O professor mostrou-se profundamente grato pela construção da escola, que, segundo ele, foi concretizada graças a uma comissão de cidadãos da região (fazendeiros?) e seus esforços e empenho financeiro, particularmente:

> Reconhecendo, pois, immensamente, o esforço que fora dispendido em auxílio do Estado, para a realização de tão nobre ideal, quer pelo lado material quer moralmente, não posso deixar de cumprir um dever, consignando aqui, com a vossa devida vênia, o meu voto de profundo e sincero agradecimento a esse mesmo povo laborioso, representados pela distincta commissão. (MATO GROSSO, 1916, p.3).

No Relatório, destacou-se o cotidiano de sua prática e da relação com os alunos. Dessa forma, tópicos como matrícula, horário de aulas, método, utensílios e outros elementos encontram-se bem detalhados.

[3] Não é possível, entretanto, afirmar, de forma segura, quem remunerava o professor: o estado, os proprietários, ou os pais de alunos da localidade.

Apesar da construção então recente, a escola era de tamanho reduzido, como, de fato, eram as escolas isoladas daquele período. A capacidade máxima seria de trinta e oito (38) alunos. Advertia-se, porém, que a procura e demanda eram grandes, indicando, com certeza, a inexistência de outras escolas, naquele perímetro e a presença expressiva de crianças, filhos de trabalhadores rurais da região. Digna de menção é que Lagunita e todo o seu entorno geográfico encontravam-se localizados na grande área de extração de erva-mate, e, que por algum tempo atraiu trabalhadores de outras regiões do país, como também de outras nacionalidades. Enquanto no centro do país, nas décadas de 1910, 1920 falava-se em deter o homem do campo em seu meio, nos extremos geográficos de Mato Grosso, ocorria justamente o inverso: o meio rural recebia levas de migrantes de outras regiões. Dizia o professor:

> Penso, porém ser ainda muito defficiente para attender ao numero de alumnos ainda em condições de freqüentarem as aulas, em vista do numero sempre progressivo de candidatos à matrícula, como bem podereis já verificar pelo quadro annexo, a matricula dos alumnos no corrente anno, apesar da difficuldades que se encontram quase sempre nos estabelecimentos de ensino como este, e pelas distancias em que se acham quase todos os moradores, não obstante o curto lapso de temo em que funccionou a Escola. (MATO GROSSO, 1916, p.4).

A escola era toda construída com tábuas, de dimensões pequenas e com seus espaços bastante otimizados e racionalizados. Possuía uma sala de aula de reduzidas proporções, medindo seis metros e meio "de frente" por quatro metros e meio "de largura" e, mais uma saleta para o uso do professor. Coberta "de taboinhas", arejada e com claridade suficiente para facilitar as atividades de leitura, escrita e cálculos. Segundo o professor, "dispondo de muita luz e de capacidade de ar suficiente para a respiração dos alumnos durante os trabalhos" (MATO GROSSO, 1916). Evidenciando, com isso, que preocupações higienistas estavam presentes, ao menos, no registro dos argumentos do professor.

Dado que a permanência na escola era de quatro horas aproximadamente, providenciou-se no local, a existência de um poço como recurso para fornecer água para as crianças. Na época da chamada seca ou período de estiagem, tal cisterna secava, não restando outra fonte no local. Consternado, narrou o professor:

> Tenho, porém, sómente a dizer-vos que existe, um poço com água potável, tendo porém, este, desde fim do mez de junho ultimo, se conservado sem uma só gota do mesmo líquido. Julgo mandar escavar mais 2 metros de profundidade. (MATO GROSSO, 1916, p.5).

Será fácil, então, imaginar as dificuldades de todos os presentes na escola, fossem alunos ou professor, para uma coisa corriqueira como a de matar a sede. E, no rol de solicitações para adequação da escola às condições e necessidades do alunado da região, arrematou o professor:

> Fazer mais um galpão para depósito dos apparelhos de montaria dos alunnos, devido a estação chuvosa, bem como uma cerca de arame para protecção, muito indispensável

> em torno da casa, para tranquillidade dos alunnos por causa do gado que prejudica os alunnos durante as aulas, estragando os objetos. (MATO GROSSO, 1916, p.5).

Como se constata, o docente descreve a escola e o ambiente em torno, solicitando material para construção de cerca, para proteção do alunado. Também é de extrema clareza a questão das "montarias", indicando que as crianças residiam nas propriedades rurais da região e se deslocavam a cavalo para assistirem às aulas. No Mapa de Matrícula anexado ao Relatório, foram registradas informações sobre as distâncias percorridas pelas crianças para chegarem à escola. Assim, menciona "4, 6, 8, 10, 15, 20, 28, 35, 50 kilometros" para descrever os obstáculos a serem vencidos pelas famílias e seus filhos para terem acesso à escolarização.

O problema das distâncias foi detalhado pelo professor e transcrito em seu relatório. Pelos dados, percebe-se que a escola atendia crianças de toda a região, sendo as distâncias bastante consideráveis, sempre percorridas a pé ou no lombo dos animais, uma vez que outra possibilidade não havia na época.

Quadro 01 - Alunos da Escola Mista de Lagunita (1916)

Nome	Idade	Residência	Distância	Naturalidade
Graciano	13 anos	Lagunita	4 km	Rio Grande do Sul
Clemência	12 anos	Lagunita	4 km	Rio Grande do Sul
Magdalena	09 anos	Lagunita	4 km	Rio Grande do Sul
Anthero	10 anos	Lagunita	4 km	Rio Grande do Sul
Cezario	12 anos	Lagunita	4 km	Rio Grande do Sul
Honoato	08 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
José Ramão	12 anos	Lagunita	10 km	Rio Grande do Sul
Graciliano	12 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Antonio	10 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Pedro	14 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Valmor	08 anos	Lagunita	1,10 km	Santa Catarina
Vidalvina	11 anos	Lagunita	1,10 km	Santa Catarina
Victot	14 anos	Lagunita	8 km	Argentina
Ângelo	11 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Arestides	11 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Cleodolphino	09 anos	Lagunita	6 km	Rio Grande do Sul
Froilan	11 anos	Tatarém	10 km	Argentina
João Ribeiro	14 anos	Tatarém	10 km	Matto Grosso
Alfredo	10 anos	Blanco-Cuê	35 km	Matto Grosso
Theodorico	15 anos	Tatarém	4 km	Rio Grande do Sul
Belmiro	14 anos	Tatarém	4 km	Rio Grande do Sul
Innocente	13 anos	Tatarém	4 km	Rio Grande do Sul
Rita	11 anos	Tatarém	4 km	Rio Grande do Sul
Margarida	10 anos	Tatarém	4 km	Rio Grande do Sul
Juan	12 anos	Lagunita	11 km	Rio Grande do Sul
António	09 anos	Lagunita	11 km	Rio Grande do Sul
Sylanira	08 anos	Ribeirão da Ponte	6 km	Mato Grosso
Thomaz	15 anos	Ribeirão da Ponte	6 km	Rio Grande do Sul
Luiz	14 anos	Ribeirão da Ponte	6 km	Rio Grande do Sul
Bazilio	-	Justi	50 km	-
João de Andrade	-	Rincão	1,25 km	-
João Fernandes	-	Tatarém	1,10 km	-
José Fernandes	-	Tatarém	1,10 km	-
Pedro Fernandes	-	Tatarém	1,10 km	-

Torquato	-	Rincão	1,28 km	-
Manoel	-	Tatarém	6 km	-
Arthur	-	Tatarém	6 km	-
Cândido	-	Tatarém	6 km	-

Fonte: Mapa de freqüência – Relatório do professor de Lagunita (MATO GROSSO, 1916).

Ainda, no referido Mapa, o professor fez constar a naturalidade dos alunos demonstrando sua origem. Entre os trinta e oito (38) alunos, vinte e um (21) provinham do Rio Grande do Sul; dois (02) de Santa Catarina; dois (02) da Argentina; um (01) do Paraguai; dois (02) de Mato Grosso. Pela quantidade de crianças de outros estados e países, confirmam-se as migrações especialmente de gaúchos, catarinenses e argentinos ligados à extração da erva-mate em terras mato-grossenses. Tais alunos eram filhos dos novos (pequenos) proprietários de terra, cuja posse de lotes rurais foi facilitada a partir de 1915. Muito provavelmente seriam filhos de ervateiros ligados à Companhia Mate-Laranjeira, então presente na região daquela escola:

> A partir de 1893 nova e significativa corrente migratória dirigiu-se para o estado de Mato Grosso do Sul. Foram os rio-grandenses fugitivos, em sua maior parte, das conseqüências da Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1895. Diversos fatores motivaram tal deslocamento: a procura de melhores condições econômicas, a fuga das perseguições políticas, a destruição de suas propriedades, etc. O foco desta corrente migratória foi, desde logo, as regiões de campos limpos e devolutos existentes no atual estado de Mato Grosso do Sul. A notícia desses campos, os quais eram semelhantes aos do Rio Grande do Sul, tinha sido divulgada pelos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, ou, ainda, por aqueles que ali residiam. (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p.25).

Até o início do século XX, a parte meridional do estado de Mato Grosso apresentava baixa densidade demográfica, apesar da fixação de remanescentes (ex-combatentes) da Guerra do Paraguai. O retardamento do povoamento dessa região deveu-se, em muito, à ação empreendida pela Companhia Mate Laranjeira que detinha o monopólio sobre a extração da erva-mate exercendo, consequentemente, influência em uma região de aproximadamente 60.000 Km2. A ação da empresa nem sempre era leve ao rechaçar a presença de migrantes que, de uma forma ou de outra, poderiam ameaçar o monopólio sobre as terras na área meridional no estado. Pelo contrário, por meio de seus dirigentes ou lideranças políticas, sempre que possível, deixava claro a sua não tolerância ante a presença de grupos tidos como rivais na atividade extrativista nos ervais:

> A Companhia em 1907, por meio de Manoel Murtinho, manifesta-se contrária à penetração dos gaúchos no Sul de Mato Grosso, que ocupam terrenos devolutos próximos aos ervais. A preocupação de Manoel Murtinho é que esses migrantes não penetram apenas para o corte das árvores e regessem aos seus lares, a exemplo dos paraguaios, mas eles pretendem ficar-se na região como proprietários. O atrito entre a Matte os sul-mato-grossenses não se limita ao espaço ervateiro, ele passa pelo Poder Judiciário, na medida em que os requerimentos dos posseiros não obtêm despacho favorável, devido à intervenção da Empresa em órgãos estatais. (WEINGARTNER, 1995, p.73).

No governo do general Caetano de Albuquerque em Mato Grosso, segundo o autor citado anteriormente, aprovou-se a Resolução n. 725, em setembro de 1915, que assegurou aos posseiros o direito de adquirir terras ocupadas há pelo menos dois anos. Assim, já em 1916 concedeu-se na zona ervateira o direito de justificação de posse, como pré-requisito para aquisição do título definitivo. Tais iniciativas, no entanto, culminam em grave crise política no estado, gerando conflito entre executivo e legislativo, estando esse último sob influência da Companhia, dando, com isso, motivos para que ocorresse a intervenção federal. D, Aquino Correa foi escolhido como a saída para conciliação das correntes políticas mato-grossenses, sendo, então, o primeiro a expedir os títulos de posse, no ano de 1920 (WEINGARTNER, 1995).

Mesmo a contragosto, gradativamente a Companhia Mate Laranjeira aceita a presença de migrantes em pequenas porções de terras, particularmente os gaúchos. De certa forma, são eles tolerados, estabelecendo-se com eles relações de dependência econômica:

> Nos ervais, sua guarda policial zela pela segurança de seus interesses e, essa Companhia mantém uma cadeia de dependência entre seus moradores, ela compra a erva-mate dos novos exploradores e, em troca, fornece sal, tecidos, ferramentas e outros produtos importados. Assim, cria um crédito de tal forma que o morador dos ervais está sempre em débito com a Companhia que além de manter seu poder nos ervais, continua monopolizando a exploração dos mesmos, na condição de credora dos seus moradores. (WEINGARTNER, 1995, p.75).

De modo geral, pode-se afirmar que a Companhia Mate Laranjeira exerceu relativa influência no povoamento da região meridional de Mato Grosso do Sul, fato este que pode ser justificado pela grande mobilidade espacial de seus trabalhadores e pela função itinerante da exploração da erva-mate. Em termos históricos, a função exercida pela Companhia foi a da preservação do quadro natural e da posse da maioria dessas terras pelo Governo do então estado de Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX. Tal situação favoreceu o processo de colonização no atual estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano de 1943, como esclareceram Gressler e Swensson (1988).

Posteriormente à Guerra do Paraguai, a província de Mato Grosso enfrentou crise econômica, uma vez que suas relações de exportação com os países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Bolívia ficaram seriamente afetadas. Tal dificuldade foi superada inicialmente, com a ajuda financeira do governo imperial, em especial por encontrar-se em área fronteiriça com esses países. Naquele período pós-guerra a demarcação das novas fronteiras tornou-se uma questão de segurança e de estratégia para o país, sendo de caráter premente. Para superação do problema uma comissão de técnicos fez o levantamento de terras, chefiada pelo militar Antônio Maria Coelho, estando presente à comitiva, Tomás Laranjeira. Os trabalhos foram concluídos

em 1874, mas Tomás Laranjeira[4] atraído pela quantidade de terras e pela detecção da presença de ervais nativos na região apossou-se de glebas e se interessou concretamente por elas a partir de 1877, requerendo oficialmente ao governo imperial permissão para exploração extrativista da erva-mate em 1878, segundo atestam F. Borges (2001), Siqueira, Costa e Carvalho (1990).

De acordo com esses autores, somente, porém, em 12 de dezembro de 1882, por meio do Decreto Imperial n. 8.779, o requerente recebeu a permissão legal para explorar as reservas nativas, próximas à divisa com o Paraguai, criando uma empresa para tal, a qual foi denominada Empresa Mate Laranjeira. Como pode ser observado abaixo, no decorrer de décadas, a empresa estendeu consideravelmente a área de sua atuação por meio da extração nativista da erva-mate. Grande parte das terras sob sua influência eram devolutas, de propriedade da União, que, por sua vez, somente a partir da década de 1940, atua fortemente na região, criando o Território Federal de Ponta Porã (1943) e a Colônia Nacional de Dourados (1943), sendo ambas as iniciativas componentes da chamada "Marcha para o Oeste", empreendida por Getúlio Vargas, em plena vigência do Estado Novo, a serem enfocadas mais amplamente na seção 3 desse trabalho.

A atuação e o desenvolvimento da empresa, a geração de recursos e grande oferta de trabalho, provocaram para a região migração de mão-de-obra de outros locais, já experimentadas no trabalho do campo e na colheita, secagem e separação da erva-mate no Rio Grande do Sul, no Paraguai e na Argentina. Dessa forma, essas levas humanas contribuíram para o povoamento do extremo sul de Mato Grosso, sendo localizadas particularmente em Bela Vista e Ponta Porã. Tais ondas de migrantes começaram a chegar não só para compor a mão de obra assalariada da empresa, como também para se associarem ao comércio intenso da erva-mate, tomando, inclusive, posse de partes da terra:

> Surgiram muitos conflitos e pleitos judiciários, quando começaram a chegar as levas de riograndenses, que vinham do Sul, e procuravam se estabelecer nas terras devolutas do Estado. Os seus requerimentos não obtinham despacho favorável, diante os protestos da Empresa, que explorava toda aquela zona delimitada pelos rios Dourados, Ivinhema, Amambaí e Paraná, fechando a área com a fronteira do Paraguai. (BORGES, F., 2001, p.26-28).

De fato, os rio-grandenses e outros do Sul do país saíam de sua terra natal em caravanas compostas normalmente por várias famílias, levando meses de viagem exaustiva, auxiliados por cavalos e carretas[5], nas quais os pertences das famílias eram acondicionados e transportados, como móveis, roupas, utensílios, sementes, ferramentas, alimentos. Dessa forma,

[4] Apesar de alguns suporem que Tomás Laranjeira fosse estrangeiro, Siqueira, Costa e Carvalho (1990), afirmam que ele era brasileiro da região Sul de nosso país.
[5] Carro conduzido por bois.

conhecia-se sempre o dia da saída, mas o tempo percorrido e a data da chegada em novas terras era sempre uma incógnita:

> As primeiras caravanas passaram por lugares onde tinham que abrir picadas e improvisar pontes. Assim iam traçando um roteiro que era seguido pelos que vinham depois. Como a viagem era muito demorada, eles eram obrigados a fazerem longas paradas para consertar as carretas e para que os animais descansassem. Alguns chegavam até a fazer roças e se estabelecer definitivamente pelo caminho. Este é o processo migratório à prestação. Os que continuavam tinham que enfrentar muitas dificuldades, tanto na viagem, que demorava meses, como depois que chegavam, onde tinham de começar tudo de novo, contando apenas com a terra e a vontade de vencer. (PINTO SOBRINHO, 2009, p.57).

Obstáculos e entraves não foram encontrados tão somente na saída e por todo o percurso até a chegada em terras mato-grossenses, próximas à fronteira com o Paraguai. Pelo contrário, elas continuavam no cotidiano desses migrantes por anos e décadas. Após a escolha do quinhão de terra - quase sempre composto por mata nativa - era preciso prepará-lo para o cultivo da lavoura, além de iniciar as primeiras edificações com madeira retirada do próprio local:

> Acampavam com as carretas embaixo das árvores e abriam uma roça, faziam uma plantação e enquanto aguardavam a colheita, tiravam madeira e improvisavam uma casa. À medida que a situação ia se normalizando, começavam a serrar madeira para construírem suas moradias definitivas [...] Gostavam de casa grande, de madeira, coberta de tabuinha, com o assoalho acima do chão. Alguns aproveitavam o desnível do terreno e faziam um porão. As casas tinham que ser grandes porque as famílias eram numerosas [...] Tinha uma sala grande, uma mesa proporcional ao tamanho da família e muitos bancos, onde eram recebidas as visitas. Na parede, eram penduradas as fotografias dos pais ou avós dos donos da c asa. A cozinha era uma peça construída afastada da casa, onde era feito o tradicional fogão a lenha, com blocos de cupim. O fogão era grande, onde podia ser colocado o guarda-fogo: uma madeira grossa que permanecia acesa dia e noite. (PINTO SOBRINHO, 2009, p.59).

Evidentemente que havia outras modalidades de construção e moradia, nem todas eram tão amplas e espaçosas. Tais acomodações sempre se encontravam de acordo com as possibilidades financeiras das famílias. Os migrantes, em sua grande totalidade não eram possuidores de riquezas ou posses, uma vez que saíram da terra natal, entre outros motivos, justamente em busca de melhoria de vida para todos:

> Alguns faziam suas casas cobertas de tabuinha, com as paredes de pau-a-pique e barreadas. Esses materiais tornavam as casas térmicas. Na época, o conforto das moradias era relativo. Usavam água de alguma vertente, ou dos rios [...] Os banhos eram tomados no rio, ou na gamela, e eram mais freqüentes nos finais de semana. Muitos trabalhavam até sexta-feira ao meio-dia e a parte da tarde era reservada para se prepararem para vender seus produtos, fazerem suas compras no povoado e também para passear. Um senhor da época contou-nos que sexta-feira à tarde ou sábado pela manhã era o dia de fazer faxina. Começava-se pelos cavalos que eram tosados e banhados. Depois, lavavam-se os baixeiros, engraxava-se o 'apero' e as botas. Em seguida, era a vez dos homens: uns cortavam os cabelos dos outros, cortavam-se unhas, tomavam banho e depois iam tirar os piques dos pés. Então, estavam prontos para passear. (PINTO SOBRINHO, 2009, p.61).

Assim, estabeleciam-se em pequenas faixas de terras, com seus poucos animais, lavrando a terra e preparando o ambiente adequadamente para a vida da família. Com o tempo,

comercializavam os produtos de sua lavoura, mas, em especial, vinculavam-se à extração da erva-mate na região, como também ao acondicionamento e transporte da erva até os pontos de venda, trabalhando de forma independente, vendendo o produto para a Companhia, ou então, como trabalhadores braçais da Mate Laranjeira.

A presença da Companhia em terras de Mato Grosso ocorreu por décadas, passando por fases e muitas idas e vindas de aspecto econômico e político. Tomás Laranjeira nesse período sempre esteve envolvido direta e indiretamente com as lideranças do estado, haurindo de algum modo benefícios na exploração e comercialização do produto. Nos primeiros anos da República, certa instabilidade na concessão da exploração dos ervais, oportunizou a transformação da Companhia Mate Laranjeira, na firma Laranjeira Mendes & Cia., com sede em Buenos Aires, Argentina, visando com tal medida à captação de recursos financeiros junto a bancos. De fato um verdadeiro monopólio estabeleceu-se, pelas vias da empresa. A primeira renovação da concessão ocorreu em 1894, por um período de mais de dezesseis anos. Posteriormente, a empresa entrou com outras solicitações de prorrogações, mas encontrando entraves, políticos e econômicos para seus pedidos, como ocorreu com a solicitação de 9 de setembro de 1907, ao salientar além da concessão de terras, a constituição de força policial própria para fiscalizar seus domínios; abrir mais portos no rio Paraná; redução de impostos de exportação, que recaíam sobre a erva-mate, dentre outros benefícios. Sem desânimo ou esmorecimento, a empresa continuou suas atividades extrativistas enquanto as renovações não ocorriam. Em 26 de junho de 1912, novos pedidos deram entrada junto aos órgãos do estado.

A Companhia nunca obteve de forma consensual o apoio dos líderes políticos de Mato Grosso. Durante toda sua permanência, sempre houve aqueles que discordavam de sua atuação e presença em terras mato-grossenses. Acusações também existiram quanto à sua presença, como, por exemplo, estrangeiros apossando-se da terra e a existência de um Estado dentro do Estado; benesses e benefícios em excesso para os dirigentes e proprietário da empresa, dentre outras pendências. Os ânimos acirraram-se entre as lideranças políticas, a ponto de aqueles que não apoiavam a presença da empresa, fundarem, sob a liderança de Pedro Celestino, o Partido Republicano Mato-Grossense (BORGES, F., 2001).

Numa tentativa de estabelecer certa competitividade que envolvia a questão da concessão de exploração da erva-mate, promulgou-se a Lei n. 725, em 24 de setembro de 1915 (PÓVOAS, 1995), estabelecendo-se critérios para futuros arrendamentos, como, por exemplo, a existência de concorrência pública, tendo em vista vencer quem melhor oferecesse as condições financeiras; mas também limitava-se a área de concessão em 1.440.000 hectares:

> Essa lei continha um dispositivo que garantia o direito dos ocupantes de terras anteriores a 1914 (posseiros) a, dentro de dois anos, justificarem suas posses para legalizá-las, concedendo-lhes preferência para aquisição de uma área não superior a dois lotes de 3.6000 hectares cada um. (PÓVOAS, 1995, p.251).

Na prática, pouco efeito teve a legislação, uma vez que a empresa possuía no mesmo ano da promulgação da lei, uma quantidade de l.880.000 hectares:

> Ainda em 1924, a situação econômica na Mate Laranjeira, superava a do Estado de Mato Grosso. Na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, no dia 13 de maio de 1924, o Presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa dizia que enquanto a receita do Estado orçava em cinco mil contos, a da empresa do mate, sozinha, conseguia trinta mil contos, chegando o Estado a emprestar dinheiro dessa empresa. (BORGES, F., 2001, p.59).

Percebe-se, assim, que a exportação da erva-mate, bem como a presença da empresa, teve aspectos positivos na economia e vida social mato-grossense, inclusive no povoamento e a formação de vilas e cidades no sul do então Mato Grosso, hoje, território de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, a legislação de 1915, possibilitou legalmente a presença e o estabelecimento em definitivo de posseiros e outros proprietários de ervais no sul do estado. Assim, advogamos a hipótese de que a grande maioria dos alunos da Escola de Lagunita eram de fato, filhos de trabalhadores e pequenos proprietários vinculados à produção, manuseio e extração da erva-mate. As inúmeras tentativas de impedir o monopólio da empresa, poucos resultados concretos tiveram nas décadas em que ela esteve presente no estado. Seu declínio e extinção ocorrera por volta de 1930, quando, por questões econômicas, na concorrência com a erva-mate argentina, a empresa praticamente encerrou suas atividades. A questão da terra, de fato, gerou conflitos sérios, entre a Companhia e os posseiros, particularmente, migrantes do Sul, ligados ao comércio da erva-mate, de forma direta ou indiretamente:

> Contra o monopólio que efetivamente exercia essa atividade econômica, logo surgiu a situação de conflito com os "posseiros" que se estabeleciam na região do extremo sul matogrossense, na fronteira paraguaia, vindo em sua maioria do Rio Grande do Sul, fugindo das lutas revolucionárias daquele Estado (POVOAS, 1995, p.286).

A extinção da Companhia teve início com a Primeira República (1930) e com a chegada de Getulio Vargas ao poder, mediante a implantação do ideário nacionalista. Em especial, após a implantação do Estado Novo (1937-1945), deu-se um basta ao chamado coronelismo, sendo Mato Grosso um dos alvos mais intensos desse ideário. Duas medidas concretas nesse sentido foram: a criação dos Territórios Federais de Guaporé (hoje, Rondônia), e de Ponta Porã (hoje, região sul de Mato Grosso do Sul, composta pelos municípios de Dourados e Ponta Porã).

Ainda em 1934, porém, a Companhia possuía um forte aparato que ilustra bem todo o seu prestígio e abrangência no cenário do estado:

> Bens da Laranjeira Mendes e Cia (1934): 18 mil trabalhadores fixos; 1 mil trabalhadores volantes, 900 carretas, 180 chatas, 37 lanchas a vapor, 55 mil cabeças

> de gado, 2 linhas de Decauville (80 km – percurso), 30 depósitos mestres,m79 depósitos auxiliares, 1.700 burros de arrias, 250 km de estradas de rodagem 60 pontes construídas, 2.500 cavalos, 20 rebocadores, 8 vapores, veículos movidos a gasolina, ferraria, marcenaria, carpintaria. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p.27).

Retomando o relatório da Escola de Lagunita, o referido professor destacou que fez o registro de matrícula durante todo o ano, e, não somente no período inicial das aulas. Dizia que, em virtude das dificuldades encontradas por uma escola naquela localidade, resolvera deixar em aberto, para acolher boa parte da criançada da região. Segundo seu Mapa Anual o movimento escolar apresentava-se:

Quadro 02 - Movimento dos alunos - matrícula e frequência

1916	**Meninos**		**Meninas**	
Maio	**19** (1º ano)	**09** (2º ano)	**04** (1º ano)	**02** (2º ano)
Junho	**20** (1º ano)	**10** (2º ano)	**04** (1º ano)	**02** (2º ano)
Julho	**22** (1º ano)	**10** (2º ano)	**04** (1º ano)	**02** (2º ano)
Total	**32**		**06**	

Fonte: Relatório do Professor - Escola de Lagunita (MATO GROSSO, 1916).

A grande maioria do alunado era do sexo masculino, apesar de a escola ser classificada como mista. Restava pequena dúvida acerca da ausência relativa de meninas na escola. Seria a quantidade delas realmente exígua ou não eram encaminhadas para a escolarização por seus pais?

O professor descreve o material existente na escola, bastante limitado, indicando as dificuldades enfrentadas quanto aos recursos didáticos e pedagógicos. Mencionou a existência de: bancos de madeira (5), bacia louçada (1), baldes de zinco (2), Bandeira Nacional (1), cadeiras de palhinha (2), caneco louçado (1), copos de vidro (2), cabides de madeira (5), carteiras de madeira (5), canetas (12), corrente de ferro para o poço (01), escriptório de madeira (1), escumadeira de ferro (2), giz branco, lápis preto (12), lampião de parede (1), mapa do Brasil (1).

Comparando-se o mobiliário com o registro de alunos percebe-se a insuficiência de carteiras. Por outro lado, encontra-se que a frequência dos alunos às aulas foi regular nos meses de maio, junho e julho, até o "início deste período revolucionário, que infelizmente ainda hoje estamos passando" [6].

[6] Revendo a história do estado, desvela-se a existência de um movimento revoltoso, de cunho político, cujo epicentro foi a cidade de Corumbá. A Caetanada foi um movimento político-administrativo envolvendo as lideranças políticas do estado, no ano de 1916. Anteriormente, no ano de 1915, foi eleito para o governo Caetano Manoel de Farias Albuquerque, o Ge. Caetano. O motim foi provocado por sua atitude ao chegar ao governo, negando-se a demitir funcionários públicos que, para lideranças de seu partido (Partido Republicano Conservador), eram considerados adversários políticos, gerando, com isso, a ocorrência armada. No auge da discórdia, chega-se

Ao discorrer acerca da história da educação brasileira no século XX, e se referindo às mudanças e inovações implantadas na instrução, com ênfase no meio urbano, Saviani afirma:

> No meio rural ainda prevaleciam as escolas isoladas que passaram a ter um caráter provisório; eram destinadas a desaparecer, enquanto os grupos escolares foram firmando-se como as escolas primárias propriamente ditas, a tal ponto que grupo escolar e escola primária se tornaram sinônimos. (SAVIANI, 2004, p.28).

Os dados aqui apresentados comprovam que por décadas, escolas rurais e urbanas coexistiram na instrução pública. De um lado, a realidade urbana composta especialmente por escolas reunidas e os grupos escolares, e, de outro lado, as chamadas escolas isoladas rurais eram quase sempre instaladas em lugares ermos e de precárias condições.

Tentativas e propostas de reformas ocorreram nas primeiras décadas em Mato Grosso, tendo como marcos referenciais a Reforma da Instrução Pública de 1910 e a de 1927. Evidentemente outras ações ocorreram como a redefinição do curso Normal, contratação de normalistas paulistas entre tantas outras. Outra que merece menção foi a criação do "Horario e Programma de Ensino de 1º e 2º gráo para as Escolas Isoladas do Estado de Matto-Grosso", publicado e distribuído no ano de 1916, prescreveu conteúdos a serem ensinados. Dadas as circunstâncias de isolamento em que se encontrava todo o interior do estado, é possível que na época de seu relatório, o professor talvez ainda não tivesse conhecimento formal do Programa, embora sirva de ilustração para conhecimento dos programas da instrução primária, de então.

No que diz respeito à leitura, constou para a 1ª seção "exercício de aprendizado de leitura pelo methodo phonico da sylabação ou da palavração, por meio de cartilha própria, exercício de retenção das palavras aprendidas por meio da reprodução oral de palavras similares e de reimas, decomposição de palavras em seus elementos sylabas e letras"; 2ª seção a "leitura e interpretação de prosa e verso em livros apropriados; resumo do assumpto lido, leitura de jornaes e de documentos manuscritos, leitura commentada pelo professor de trechos escolhidos proprios a despertar nos alumnos o gosto pelo bello"; e, para a 3ª seção "os mesmos exercicios da segunda secção com desenvolvimento e explicação do texto lido, pela significação das

a ponto de haver dois governos, sendo um com sede em Cuiabá (com o Governador Caetano) e outro em Corumbá composto por membros do legislativo mato-grossense, chefiado pelo deputado Francisco Pinto de Oliveira (Partido Republicano Mato-grossense), então Presidente da Assembléia Legislativa. O conflito só é dirimido e a cessação das hostilidades com a intervenção federal, quando o Presidente Wenceslau Braz nomeia chefe de governo, em janeiro de 1917, Camilo Soares de Moura, interventor federal (SILVA, O., 1982). Portanto o "movimento revolucionário", como define o professor no Relatório, deixou lá suas marcas e entraves à sequência das atividades corriqueiras da escola, naquele período. Para a saída política, tendo em vista o apaziguamento dos ânimos e disputas internas no estado, procuraram-se medidas para a superação da intervenção federal. Após idas e vindas, inúmeros acordos e cedências de pontos dos dois grupos políticos, compostos pelos Partido Republicano Conservador e Partido Republicano Mato-grossense, possibilitaram a chegada ao poder de Dom Aquino Francisco Corrêa, na época, o mais novo Bispo, cronologicamente falando, de toda a Igreja Católica.

palavras; exerciciosoraes de passagem de verso para prosa; exercicios de allocução pela leitura de trechos de prosa ou de verso apropriados áquelle fim".

Para a escrita, 1ª seção "copia na ardósia, das syllabas e das palavras da cartilha, copia do nome do alumno, previamente escripto pelo professor; copia do nome da cidade em que se acha a escola, dos nomes dos dias, dos mezes e das estações, exercícios de copia a lapis sobre o papel, exercícios calligraphicos sobre letra de typo vertical"; 2ª seção "calligraphia: letras vertical e americana (inclinada)"; 3ª seção "calligraphia: exercicios variados sobre os typoscalligraphicos da 2ª. Secção e mais sobre letras de ornamento, como gothica, ronde".

Para o trabalho na área de Aritmética, na 1ª seção "observações directas sobre quantidade que o alumno possa ver e tocar, com enumeração das mesmas, para contagem pratica oral até 10; leitura da carta de Paker e reproducção da pagina lida por meio de tornos, grãos de milho, varetas, exposição muito simples pelo professor das questões que ilustram e acompanham as cartas de Paker; contagem directa: a) até 10, por unidades, b) de 10 até 20 por unidades; c) até 100, por unidades, primeiro e por dezenas depois; contar por 2,3,4,5,6,7,8,9 até 12, 18, 28, 30, 35, 40, 45, voltando á quantidade que serviu de ponto de partida assim: 2, 4, 6, 8, 10, 12; 12, 10, 8, 6, 4 2; contar até 100, por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, partindo de um numero digito; taboadas com emprego de tornos; as quatro operações elementares por meios concretos; leitura e escripta de números; as quatro operações, até 100; exercício sobre algarismos romanos, dando-se primeiro o conhecimento de I, V, X, L, C, e depois se ensinando as combinações desses algarismos em numeros maiores ou menores; conhecimento das horas do relógio"; 2ª seção "revisão e ampliação da matéria estudada na primeira Secção. As quatro operações elementares mais desenvolvidas; Estudo da taboada geral até 9; calculo mental rápido; leitura e copia da carta de Parker; resolução de problemas de interesse pratico e de uso quotidiano; a moeda nacional e suas diversas unidades: o real, o vintém, o tostão, o mil reis, o conto de reis, o uso do cifrão, recibos; leitura de decimaes e de fracções acompanhada de exercício"; 3ª seção "as quatro operações elementares: desenvolvimento pratico e completo; as quatro operações sobre decimaes; as quatro operações sobre fracções ordinárias".

Para o aprimoramento da Língua Materna, no que tange à oralidade, preconizou-se na 1ª seção "palestra com os alumnos sobre cousas ou scenas de facil observação, relativas ao lar, á rua, á escola e ao campo; exercicio de narração pelo alumno; exercicios de comparação: tamanho, cor, serventia; reprodução de factos lidos ou narrados pelo professor"; 2ª seção "descripção de objectosusuaes e de animaes domésticos, expostos em classe ou já observados pelos alumnos, reproducção de historia, fabulas e episódios, contados ou lidos pelo professor; formação de sentença com palavras dadas pelo professor; formação de sentenças implicando a

pratica de singular e de plural, de masculino e de feminino"; 3ª seção "revisão e ampliação do estudo da 2ª secção; exercícios práticos sobre nomes de cousas, de gente, de animaes, de plantas, de mineraes, nomes de qualidades; exercício pratico para conhecimento e emprego do passado, do presente e do futuro, pela construcção de phrases com os advérbios hontem, hoje e amanhã; distincção entre nomes de espécies (communs), e nomes de homens, de cidades, de apizes, etc. (próprios)".

Na escrita da 1ª seção "Copiar: nomes de objectos, de animaes, de flores e de fructas; sentenças do quadro negro e do livro de leitura; nomes dos colegas, de pessoas da família, etc.; completar sentenças escriptas no quadro negro pelo professor e que já tinham sido lidas pelos alumnos; formar pequenas e faceis sentenças com palavras dadas; construir sentenças em respostas a outras escriptas no quadro negro pelo professor; exercício retrospectivo de palavras escriptas pelos alumnos rapidamente, mediante aposta entre os mesmos; dictado de sentenças do livro de leitura"; 2ª. seção "copiar pequenos trechos do livro de leitura, de um capitulo já lido, construir sentenças com palavras dadas e taes que o alumno, empregando-as, tenha ensejo de manifestar, por escripto, alguma cousa do que aprendeu sobre plantas, animaes, geographia, resumo escripto lido, por meio de perguntas a respeito, escriptas pelo professor, no quadro negro; dictados de pequenos trechos, no momento lidos e explicados pelo professor, que chamará a attenção dos alumnos para as palavras de mais difficilgraphia"; 3ª seção "dictado como na 2ª secção, porem de trechos de difficuldade crescente; reproducção escripta de narrações, fabulas, historietas, por meio de uma direcção feita pelo professor, onde sejam assignalados pelo professor os tópicos principaes; exercícios escriptos de fixação e de concordância, por meio de sentenças adrede preparadas pelo professor; descripção de estampas expostas á vista dos alumnos; estudo, na sentença dos synonimos, homonymos e preonymos; dictado sobre os homonymos mais ausentes; redacção de bilhetes, cartões e cartas sobre asumptos fáceis".

Como complemento e fechamento das prescrições de conteúdos, deu-se as diretrizes no campo da Geografia (do Brasil), para a 1ª seção "palestras com os alumnos sobre a posição relativa dos objetos em classe. A carteira: suas partes anterior, posterior, superior e inferior;direita e esquerda; as carteiras próximas e outros objectos ciercumvisinhos: frente, atraz, á direita, á esquerda, em baixo, em cima, descripção do caminho que os alumnos percorrem para vir de casa á escola, conhecimento pratico dos pontos cardeaes: este – logar onde o sol nasce; oeste logar onde o sol entra, sul lado direito de quem olha para onde o sol nasce; norte lado esquerdo de quem olha para o logar onde o sol nasce; palestra sobre a cidade, a Villa ou bairro onde a escola esteja situada: Ruas, largos, e praças principaes, edifícios mais

importantes, producções (objectos vendidos ou fabricados no logar, recordações históricas mais populares, vias de communicação e localidades mais próximas, viagens descriptivas a essas localidades), palestras sobre as montanhas, planícies, rios, mares, lagos, ilhas, com explicação dos termos geographicos por meio do taboleiro de areia"; e, para 2ª seção "O município: sede e localidades mais importantes; producções e industrias; curiosidades naturaes; lembranças históricas, homens notáveis do passado, importação e exportação, vias de communicação, os municípios limitrophes, o governo municipal; o estado de Matto-Grosso: a capital; cidades mais importantes, seu commercio, industria e historia, rios e montanhas principaes, vias de communicação, productos de importação e de exportação, os Estados limitrophes, o governo estadual, o paiz: os Estados e suas capitães, productos de exportação e particularidades mais importantes de cada Estado. O Governo Federal. A Terra: estudo feito no globo e depois no planispherio dos continentes e oceanos, paizes e capitães; em especial, que mais relações mantêm com o Brazil, esboço do mappa de Matto-Grosso e do Brazil".

No mesmo Programa ainda constaram aqueles conteúdos destinados ao ensino de Ciências (o homem, as raças, os nossos indígenas, o corpo humano; conselhos hygienicos; animaes, apicultura, sericultura; arvores, horta, flores, jardins; cores typicas ou primarias; meteoros, a chuva, relampago, o trovão, o raio, para-raios, BenjaminFanklin; arco-iris; o orvalho, a neblina, o nevoeiro, o gelo, a geada, a saraiva; o ar, os ventos; fecundidade das terras; navios de vela; moinhos e ventiladores; viagem em torno da classe; o papel e sua fabricação; o papyrus e o pergaminho; a tinta; a borracha; as penas e a caneta; o lápis e a gomma arábica; o giz; a esponja; a varíola e a vacina; a raiva; Pasteur; as mordeduras de cobras; a illuminação; a luz electrica; o alcoolismo); do Canto (Canto coral e Hymnos) e de Desenho (Desenhar: folhas lineares, lanceoladas, espatuladas circulares, cordiformes, ovaes, saggitadas, recortatadas, etc; galhos de folhas alternas, oppostas e verticiladas; flores bem simples; objetcos usuaes; animaes).

Como pode se deduzir pelo amplo elenco de conteúdos e tópicos, o programa fora muito bem detalhado, prescrevendo uma enormidade de atividades tendo em vista a instrução perpetrada nas escolas isoladas, fossem elas localizadas nos distritos, vilas ou fazendas. A esse respeito confirma-se a afirmação:

> As mudanças educacionais desencadeadas no regime republicano consolidariam permanentemente o ideal das noções enciclopédicas, assegurando instrumentos de orientação e controle para a execução do programa. (SOUZA, 2009, p.82).

Quanto à aplicação do Programa nesses estabelecimentos de ensino, certamente ocorreram muitas dificuldades, especialmente no que diz respeito aos materiais necessários ao ensino. Como se sabe, foram insuficientes até mesmo nas escolas reunidas e nos grupos

escolares, o que dizer, então, nas chamadas escolas isoladas? Nas aquisições para o aparelhamento das escolas, o que se detecta é que elas quase sempre estavam aquém das necessidades reais e solicitadas, como certamente foi o caso da Escola Mista da Povoação de Lagunita.

Considerações Finais

Nesse período em que praticamente a instrução pública era composta predominantemente por escolas isoladas e reunidas, com a presença de poucos Grupos Escolares, percebe-se a dificuldade do setor em avançar para outro patamar de qualidade[7]. Sem dúvida, as reformas foram mecanismos pensados e concretizados como parte do esforço na construção de índices mais próximos do ideal, enfrentando, porém, dificuldades de aplicabilidade, nos mais diversos recantos do estado. Por certo, a Escola de Lagunita foi um dos poucos registros claros e precisos, presentes em relatórios oficiais, favorecendo a compreensão mais próxima do real, do que teria sido uma escola isolada rural no começo do século em Mato Grosso, diferenciando muito pouco de suas similares, não só em todo o estado como no restante do país. O que salta aos olhos é que, apesar dos grandes espaços geográficos e da baixa densidade demográfica, nas primeiras décadas do século XX, a região sul do estado já registrava movimento de migração e chegada de povos de outras regiões, como também de outras nações.

Referências

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul:** a construção de um estado. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. v.1.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária:** algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870-1930. São Paulo: Scortecci, 2001.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças como agentes do processo de alfabetização do final do século XIX e início do XX.In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira**: 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001. p.121-156.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul.** Dourados: [s.n.], 1988.

[7] Afirmação decorrente de nossas pesquisas e estudos realizados, por ocasião dos cursos de doutoramento (2011/UNESP e 2015/UFSCar), respectivamente.

MATO GROSSO. **Decreto n. 412, de 28/10/1915**. Cria a Escola Mista de Lagunita (Ponta Porã). Cuiabá, 1915. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

_____. **Relatório do Professor da Escola Mixta de Lagunita ao Inspetor Escolar de Ponta Porã**. 1916. Cuiabá, 1916. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

PINTO SOBRINHO, Almiro. **Amambaí:** memórias e histórias de nossa gente. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

PÓVOAS, Lenine C. **História geral de Mato Grosso:** da proclamação da República aos dias atuais. Cuiabá: [s.n.], 1995. v.2.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do "Longo Século XX" brasileiro**.** In: _____ et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-57.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 1990.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria:** história da escola primária no estado de São Paulo: 1890-1976. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul.** Porto Alegre: Edições Est, 1995.

ISSN - 2178-4442